

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE
DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA INDÚSTRIAS DE PAPEL
SIMÃO S.A.**

Pelo presente instrumento particular, **INDÚSTRIAS DE PAPEL SIMÃO S.A.**, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Al. Santos, 1357, 6o. andar, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº 60.643.228/0001-21, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada simplesmente **EMISSORA** e na qualidade de Agente Fiduciário **OLIVEIRA BASTOS DTVM Ltda.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Rio Branco, 151, conj. 901, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, doravante denominada simplesmente **AGENTE FIDUCIÁRIO**, representando a comunhão de debenturistas adquirentes dos títulos objeto da presente emissão, vêm emitir debêntures conversíveis em ações da **EMISSORA**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

I - DA AUTORIZAÇÃO

A celebração da presente Escritura foi autorizada pela Assembléia Geral Extraordinária da **EMISSORA**, realizada em 10 de novembro de 1.994.



II. DOS REQUISITOS

A emissão de debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A presente emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante denominada simplesmente CVM, na forma das Leis n°s 6.385, de 07 de dezembro de 1.976 e 6.404, de 1° de dezembro de 1.976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2. ARQUIVAMENTO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Ata da Assembléia Geral Extraordinária que deliberou sobre a emissão de debêntures será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

3. REGISTRO DA ESCRITURA

A presente Escritura de Emissão será registrada no ¹Cartório de Registro de Imóveis da sede da EMISSORA.

III. DOS TÍTULOS E SUA EMISSÃO

As debêntures, cujas condições e características seguem transcritas, serão emitidas observando-se o seguinte:



1. COLOCAÇÃO:

O lançamento será público, mediante a intermediação de instituições financeiras habilitadas, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80.

2. DATA DE EMISSÃO:

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures em todas as séries será 10 de novembro de 1994.

3. VALOR DA EMISSÃO:

O montante total da emissão na data de 10 de novembro de 1994 será de R\$ 1.209.431.540,00 (um bilhão, duzentos e nove milhões, quatrocentos e trinta e um mil, quinhentos e quarenta reais).

4. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES:

Serão no total emitidas 114.313 (cento e quatorze mil, trezentas e treze) debêntures conversíveis em ações ordinárias e preferenciais da **EMISSORA**.



5. SÉRIES:

A emissão será dividida em 02 (duas) séries, sendo a 1ª composta de 54.467 (cinquenta e quatro mil, quatrocentas e sessenta e sete) debêntures conversíveis em 10.893.400.000 (dez bilhões, oitocentos e noventa e três milhões e quatrocentas mil) ações ordinárias e a 2ª composta de 59.846 (cinquenta e nove mil, oitocentas e quarenta e seis) debêntures conversíveis em 11.969.200.000 (onze bilhões, novecentos e sessenta e nove milhões e duzentas mil) ações preferenciais da EMISSORA.

6. PRAZO E DATA DE VENCIMENTO:

As debêntures da 1ª e 2ª séries terão prazo de 05 (cinco) anos, com vencimento em 10 de novembro de 1.999.

7. VALOR NOMINAL:

Na data de emissão as debêntures da 1ª e 2ª séries terão o valor nominal unitário de R\$ 10.580,00 (dez mil, quinhentos e oitenta reais).

8. FORMA E TIPO:

As debêntures da 1ª e 2ª séries serão nominativas e escriturais.



9. NEGOCIAÇÃO:

As debêntures da 1ª e 2ª séries serão negociadas junto ao SND (Sistema Nacional de Debêntures), administrado pela ANDIMA (Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto) e operacionalizado pela CETIP (Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos).

10. ESPÉCIE:

As debêntures da 1ª e 2ª séries serão da espécie com garantia subordinada.

11. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO:

As debêntures da 1ª e 2ª séries serão subscritas e integralizadas pelo seu valor nominal, atualizadas monetariamente pela variação do IPC - R ocorrida entre a data de emissão e a data da efetiva integralização. Caso a integralização não ocorra no primeiro dia útil de um determinado mês, será utilizada a variação "pro-rata-temporis" do IPC-R do mês imediatamente anterior à subscrição, pelos dias decorridos entre o 1º dia do mês e a data de efetiva integralização.

12. FORMA DE PAGAMENTO:

Nos termos da deliberação da Assembléia Geral Extraordinária de 10 de novembro de 1.994, o preço de subscrição e integralização será pago à vista, sendo que as debêntures da 1ª e 2ª séries poderão ser subscritas e integralizadas em dinheiro ou por meio da permuta de ações ordinárias e/ou preferenciais de emissão da Companhia Votorantim de Celulose e Papel - CELPAV ("CELPAV"), com sede na

Capital do Estado de São Paulo, na Al. Santos, nº 1.357, 7º andar, conjunto "A", inscrita no CGC do Ministério da Fazenda sob nº 60.878.493/0001-99, observadas as seguintes condições:

(a) cada debênture poderá ser subscrita e integralizada mediante a permuta de 1.967 (uma mil, novecentas e sessenta e sete) ações ordinárias e/ou preferenciais da CELPAV, sendo que as ações ordinárias da CELPAV serão admitidas para subscrição e integralização de debêntures das 1ª e 2ª séries, enquanto que as ações preferenciais da CELPAV serão admitidas somente para subscrição e integralização de debêntures da 2ª série;

(b) será admitido o pagamento em moeda corrente nacional da diferença necessária para subscrição e integralização de 01 (uma) debênture da **EMISSORA**, na hipótese de insuficiência de ações da CELPAV para serem permutadas por 01 (uma) debênture da **EMISSORA**, sendo que, neste caso, a diferença será apurada mediante o cálculo entre o valor nominal unitário de cada debênture e o número de ações da CELPAV permutadas.

13. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:

O valor nominal de cada debênture sofrerá atualização monetária a partir da data de emissão e até a data do respectivo vencimento, utilizando-se, para tanto, a variação acumulada do IPC-R. Na hipótese de extinção do referido indexador ou ainda na hipótese de superveniência de normas legais ou regulamentares que tornarem impossível a sua utilização como índice de atualização monetária de títulos privados, as debêntures desta emissão tornar-se-ão automaticamente indexadas, a partir daquele evento, pela variação acumulada do IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado) ou, na impossibilidade de sua utilização, pela variação acumulada do IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna), ambos divulgados pela Fundação Getúlio Vargas.

A

14. RENDIMENTOS:

14.1. JUROS REMUNERATÓRIOS: Às debêntures da 1ª e 2ª séries serão conferidos juros fixos, a partir da data de emissão, à taxa de 2 % (dois por cento) ao ano, calculados com base em 360 dias.

14.2. PRÊMIO: As debêntures da 1ª e 2ª séries não farão jus ao recebimento de prêmio.

15. REPACTUAÇÃO:

Não haverá repactuação dos juros remuneratórios.

16. PAGAMENTO DOS RENDIMENTOS

O rendimento conferido às debêntures, nos termos do sub-item 14.1 acima será pago em uma única parcela na data prevista para o vencimento das debêntures.

17. AMORTIZAÇÃO:

As debêntures da 1ª e 2ª séries não serão amortizadas.

1

18. JUROS MORATÓRIOS:

Caso a **EMISSORA** venha a incorrer em mora no pagamento do principal, atualização monetária ou juros, as importâncias em atraso ficarão sujeitas a juros moratórios de 1% (hum por cento) ao mês e atualização monetária na forma estabelecida no item 12, incidentes sobre os valores em atraso, calculados desde a data da inadimplência e até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

19. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS:

Sem prejuízo ao disposto no item 18 supra, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da **EMISSORA**, nas datas previstas neste instrumento, ou em comunicado publicado pela mesma, não lhe dará direito ao recebimento de juros e atualização monetária no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

20. LOCAL DO PAGAMENTO:

Os pagamentos referentes ao valor nominal das debêntures, atualização monetária, juros e prêmio de reembolso serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pelo CETIP, ou na sede da **EMISSORA**, na hipótese do debenturista não estar vinculado a esse sistema.

21. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS:

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se essa data coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo a qualquer título, aos valores a serem pagos.

22. PUBLICIDADE:

Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados na forma de avisos, no jornal "Gazeta Mercantil".

23. VENCIMENTO ANTECIPADO:

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da emissão de que trata o presente instrumento e exigir o imediato pagamento pela **EMISSORA** do valor nominal das debêntures atualizado monetariamente, acrescido dos juros devidos, na ocorrência das seguintes hipóteses:

a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a **EMISSORA**;

b) falta de cumprimento pela **EMISSORA** de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso escrito enviado pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**;

c) vencimento antecipado de qualquer dívida da **EMISSORA** em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da **EMISSORA**, previstas na presente Escritura de Emissão; e,

d) alienação do controle acionário da **EMISSORA**.

24. **CONVERSIBILIDADE:**

As debêntures da 1ª e 2ª séries poderão ser conversíveis pelo seu valor nominal atualizado monetariamente na forma prevista no item 12 acima, em ações do capital social da **EMISSORA**, com os mesmos direitos previstos no Estatuto Social para as outras ações da mesma espécie emitidas pela **EMISSORA**, sendo que tal conversão poderá ocorrer a qualquer tempo, a critério do debenturista, a partir da data da respectiva subscrição e integralização. Cada debênture da 1ª série será conversível em 200.000 (duzentas mil) ações ordinárias e cada debênture da 2ª série será conversível em 200.000 (duzentas mil) ações preferenciais da **EMISSORA**.

As ações decorrentes da conversão gozarão dos mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente atribuídas às ações da **EMISSORA** e farão jus às bonificações distribuídas a partir da data da Solicitação de Conversão, inclusive, de forma que os extratos delas representativos sejam emitidos em igualdade de condições com as demais ações da **EMISSORA**, a partir da data da Solicitação de Conversão. As ações farão jus a dividendos "pro rata temporis" ao semestre, referentes ao exercício em que ocorrer a conversão.

Para todos os efeitos legais, considerar-se-á como data de conversão a data do recebimento da Solicitação de Conversão pela **EMISSORA**.

O Banco Itaú S/A registrará em nome do debenturista, o número de ações objeto da conversão total ou parcial das debêntures, enviando ao debenturista ou ao seu representante legal, até 05 (cinco) dias úteis após a data de Solicitação de Conversão, o extrato de ações escriturais e declaração comprovando: (a) a propriedade das mesmas; (b) que tais ações estão livres e desembaraçadas de quaisquer ônus e gravames e podem ser livremente transferidas.

A Solicitação de Conversão deverá conter:

(a) informação se a conversão refere-se a totalidade ou a parte das debêntures, sendo que, em se tratando de conversão parcial deverá informar o número de debêntures a serem convertidas e o seu valor total;

b) informação sobre o número de ações a serem emitidas pela **EMISSORA** em consequência da conversão, tal número estando sujeito a correções pela **EMISSORA**, se necessário; e

c) informação sobre a data na qual as ações deverão ser emitidas.

Até o prazo de vencimento das debêntures objeto da presente emissão, caso a **EMISSORA** vier a emitir novas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, os debenturistas terão os mesmos direitos conferidos aos atuais acionistas da **EMISSORA**, durante o prazo para o exercício do direito de preferência ou atendimento prioritário na colocação pública. As frações de ações apuradas com base no preço de conversão definido na nova emissão acima referida, serão devidas em moeda corrente nacional pela **EMISSORA**, na data do efetivo pagamento.

Na hipótese de a **EMISSORA**, a qualquer tempo, declarar bonificação(ões) e/ou desdobramento(s), a quantidade de ações às quais as debêntures poderão ser convertidas antes de tal(is) bonificação(ões) e/ou desdobramento(s) em ações, deverá ser proporcionalmente aumentada e, de igual modo, no caso de a **EMISSORA** promover o grupamento de ações, tal quantidade de ações será proporcionalmente diminuída.

Não serão devidos juros "pro rata temporis" na hipótese de conversão das debêntures das 1ª e 2ª séries da **EMISSORA**.

25. AQUISIÇÃO FACULTATIVA:

A **EMISSORA** poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao seu valor nominal atualizado monetariamente, acrescido dos juros remuneratórios e observado o disposto no artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As debêntures adquiridas pela **EMISSORA** poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou alienadas ao mercado.

IV. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A **EMISSORA** está adicionalmente obrigada a:

1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

(a) dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras relativas a esse período;

b) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas a este respectivo período;

c) cópia das informações periódicas exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 06 de dezembro de 1.993;

d) imediatamente, qualquer informação razoável que lhe venha a ser solicitada.

2. Não pagar dividendos, salvo o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento do principal atualizado monetariamente e juros, relativos às debêntures objeto da presente escritura, cessando tal proibição, tão logo seja purgada a mora.

3. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente, registrada na CVM.

4. Efetuar e manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202/93, bem como fornecer aos seus debenturistas, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, as demonstrações financeiras previstas no Artigo 176 da Lei nº 6.404/76.

5. Manter em adequado funcionamento, serviço de atendimento aos debenturistas, visando assegurar eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituição financeira autorizada a prestação desse serviço.

6. Manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes.

7. Não realizar operação fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor.



V. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A **EMISSORA** nomeia e constitui **AGENTE FIDUCIÁRIO** da emissão objeto da presente Escritura OLIVEIRA BASTOS DTVM Ltda., acima qualificada, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante ela, **EMISSORA**, a comunhão dos titulares das debêntures.

1. DECLARAÇÃO:

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** dos debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara:

a) Sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o Artigo 66, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76, e conforme o Artigo 9º da Instrução CVM nº 28 de 23.11.83, para exercer a função que lhe é atribuída;

b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

c) aceitar integralmente a presente Escritura em todas as suas cláusulas e condições;

d) não ter qualquer ligação com a **EMISSORA** que o impeça de exercer plenamente suas funções.

2. REMUNERAÇÃO:

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** receberá, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem nos termos da lei e desta Escritura, a seguinte remuneração:



- parcelas semestrais, a serem pagas antecipadamente, no valor de R\$6.000,00 (seis mil reais), vencendo-se a primeira parcela na data de obtenção do registro perante a CVM e as demais nos mesmos dias dos semestres subsequentes, sendo que a referida remuneração será corrigida anualmente pela variação acumulada do IPC-R, ou na falta deste, ou ainda pela impossibilidade de sua utilização, pelo mesmo índice de atualização do valor das debêntures, a partir de 01 de setembro de 1.994.

As remunerações não incluem as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, a serem cobertas pela **EMISSORA**.

Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida neste item, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas na presente Escritura.

Na hipótese de todas as debêntures serem convertidas antes do prazo previsto no artigo 6º da Clausula III do presente instrumento, cessarão, a partir da data da última conversão, os deveres, as obrigações e a remuneração do Agente Fiduciário. Os honorários devidos até esta data serão pagos "pro-rata-temporis" no semestre correspondente.

3. SUBSTITUIÇÃO:

Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, ou qualquer outro caso de vacância do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas para a escolha do novo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a qual poderá ser convocada pelo próprio **AGENTE FIDUCIÁRIO** a ser substituído, pela **EMISSORA**, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá à **EMISSORA**

A

h
B

efetuá-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo **AGENTE FIDUCIÁRIO**.

Na hipótese de não poder o **AGENTE FIDUCIÁRIO** continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

A substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28/83, e eventuais normas posteriores.

A substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, em caráter permanente, deverá ser objeto de aditamento à escritura de emissão, devendo o mesmo ser averbado no Registro de Imóveis, juntamente com a Escritura.

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** passará a exercer suas funções a partir da data da assinatura da presente escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

Aplicam-se às hipóteses de substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** as normas expedidas pela CVM.

4. DEVERES DO AGENTE FIDUCIÁRIO:

Além de outros previstos em lei ou em regulamentação emanada da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do **AGENTE FIDUCIÁRIO**:

a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;



b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta escritura de emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

e) promover, nos competentes órgãos, caso a **EMISSORA** não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, caso em que o oficial do registro notificará a administração da **EMISSORA** para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações das debêntures;

h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores Cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da **EMISSORA**;

i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na **EMISSORA**;

j) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelos menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a **EMISSORA** deve efetuar suas publicações;

k) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

l) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, letra "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:

- eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela **EMISSORA** ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatoria prestação de informações pela **EMISSORA**;

- alterações estatutárias ocorridas no período;

- comentários sobre as demonstrações financeiras da **EMISSORA**, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de seu capital;

- posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;

- conversão das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures pela **EMISSORA**;

- acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da **EMISSORA**;

- relação dos bens e valores entregues à sua administração;

- cumprimento de outras obrigações assumidas pela **EMISSORA** neste instrumento;

- declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**.

m) colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da **EMISSORA**, ao menos nos seguintes locais:

- na sede da **EMISSORA**;

- no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

- na CVM;

- nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e

- nas instituições financeiras que lideraram a colocação das debêntures.

n) publicar, nos órgãos de imprensa em que a **EMISSORA** deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item "m" acima;

o) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços;

p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes deste instrumento, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;

q) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento pela **EMISSORA** de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada: (a) à CVM; e (b) às Bolsas de Valores.

5. ATRIBUIÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO:

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a **EMISSORA** ou terceiros coobrigados para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da **EMISSORA**:

a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

- b) tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos debenturistas;
- c) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da **EMISSORA**; e
- d) requerer a falência da **EMISSORA** se não mais existirem garantias reais.

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá exercer a atribuição prevista no item (a) acima na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação decorrente da presente Escritura.

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens (a) a (d) acima se a assembléia dos debenturistas assim autorizar, por deliberação unânime dos titulares de todas as debêntures, bastando, porém, a deliberação da maioria absoluta dos titulares das debêntures presentes à Assembléia, quando tal hipótese estiver relacionada ao disposto no item (d) deste mesmo item.

6. DESPESAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO:

A **EMISSORA** ressarcirá o **AGENTE FIDUCIÁRIO** de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos.

O ressarcimento a que se refere esta cláusula, será efetuado imediatamente após a entrega à emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas.

As despesas a que se refere esta cláusula compreendem, inclusive, as seguintes publicações:

A

J
S

a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta escritura, e outras que vierem ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

b) extração de certidões;

c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e

d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

O crédito do **AGENTE FIDUCIÁRIO** por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados na forma definida nesta cláusula, será acrescido à dívida da **EMISSORA**.

Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela **EMISSORA**. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas.

VI. DA RENÚNCIA

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente escritura.

VII. DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

Os titulares das debêntures de que trata esta escritura poderão a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Especial, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, pela **EMISSIONA**, por debenturistas que representem no mínimo 10% (dez por cento) das debêntures em circulação, ou pela CVM.

Aplicar-se-á à Assembléia dos Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 para a Assembléia Geral de Acionistas.

A assembléia se instalará em primeira convocação com a presença de debenturistas que representem 3/4 (três quartos) das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. A presidência da Assembléia caberá ao debenturista que for eleito pelos presentes ou àquele que for designado pela CVM.

Na hipótese da assembléia não ter sido convocada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, este a ela deverá comparecer e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Nas deliberações da assembléia, cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.

Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas neste instrumento, dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.

Para efeito da constituição do *quorum* a que se refere esta cláusula serão excluídas as debêntures que a **EMISSIONA** possuir em carteira.

VIII. DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura.

E por estar assim justas e contratadas, firmam esta escritura a **EMISSORA** e, na qualidade de interveniente, o **AGENTE FIDUCIÁRIO**, em 03 (três) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Paulo, 24 de novembro de 1.994


INDÚSTRIAS DE PAPEL SEMA S.A.
Raul Calfat Valdir Roque

OLIVEIRA BASTOS DTVM Ltda.
Mauro Sergio de Oliveira

Testemunhas:

1.- *Maria Luiza Abato*

129 CARTORIO DE NOTAS - HOMERO SANTI - TABELIAO
Al. Santos, 1478 - Fone: 288-6277 Nº 941124113127
Reconheço por semelhança as firmas: RAUL CALFAT, VALDIR ROQUE, as qua
is conferem com os padrões depositados em Cartório.
São Paulo, 24 de novembro de 1994
Em testemunho _____ da verdade.
ELAINE XAVIER FIALHO - ESCRIVENTE AUTOR.
Valores|Firma:R\$ 0,47|Proc.dados:R\$ 0,47|Total:R\$ 1,88

Elaine Xavier

2.- *Roxaneir F. Pedroso Costa*

129 CARTORIO DE NOTAS - HOMERO SANTI - TABELIAO
Al. Santos, 1478 - Fone: 288-6277 Nº 941125091823
Reconheço por semelhança a firma: MAURO SERGIO DE OLIVEIRA, a qual co
nfere com o padrão depositado em Cartório.
São Paulo, 25 de novembro de 1994
Em testemunho _____ da verdade.
ELAINE XAVIER FIALHO - ESCRIVENTE AUTOR.
Valores|Firma:R\$ 0,47|Proc.dados:R\$ 0,47|Total:R\$ 0,94

Elaine Xavier